

## Praticidade no atendimento pode ser diferencial na hotelaria

José Rubens Almeida (\*)

O mercado hoteleiro nacional voltou a atrair investidores para o setor

Essa recuperação começou a despontar já no final de 2016 e vem se concretizando ao longo desse ano, com resultados expressivos no primeiro semestre e que também chamam a atenção agora no segundo. Um dos principais motivos para esse crescimento é o fato de que as empresas estão se preparando para a retomada da atividade econômica e implantando novas estratégias e lançamentos de programas de desenvolvimento.

A estabilização econômica no país, que continua com queda das taxas de juros e de inflação faz com que novos fundos imobiliários sejam estruturados e posteriormente desenvolvam novos hotéis, marcando o início de um novo ciclo de oferta hoteleira. Um ponto bastante positivo sobre a volta de oportunidades para investir em hotéis é que isso tudo acarreta no crescimento da economia nacional por movimentar vários setores em todas as regiões do Brasil.

A consequência disso é a geração de empregos diretos e indiretos, requalificação da oferta turística nacional e aumento da demanda hoteleira nos principais segmentos brasileiros que são negócios, lazer e grupos de eventos. Para o ano de 2018, além do aumento da taxa de ocupação, espera-se que o Brasil atraia ainda mais investidores, aumentando o desempenho das aquisições no mercado hoteleiro, graças a amenização da crise, a perspectivas de melhora da economia e a inovações no setor.

Para manter o ritmo de crescimento e inovações do setor, hotéis e pousadas tem inves-

tido cada vez mais no conforto de seus clientes. E quando se fala em conforto não estamos expondo apenas os serviços já conhecidos como por exemplo: serviços de quarto (arrumação e limpeza), café da manhã, estacionamento, manobrista, wi-fi, entre outros.

Diante da necessidade apresentada pelos hóspedes que não querem deixar a piscina ou outra atividade de lazer para falar com algum funcionário do hotel, foi sugerido um sistema de chamadas sem fio que pode ser instalado em mesas e locais fixos nas áreas comuns do estabelecimento e que quando acionado, solicita a presença de um funcionário pronto a ajudar o cliente.

Diante do avanço tecnológico que vivemos, facilitar a vida dos hóspedes tem sido um dos principais motivos de sucesso em várias instituições hoteleiras do Brasil. Sendo um dos males do século a falta de tempo, os clientes não querem perder nenhum minuto de suas férias ou mesmo de seu trabalho durante a hospedagem, por isso, criar um sistema que torne prática sua estadia é uma forma de melhorar o atendimento e, portanto, aumentar a satisfação entre os hóspedes.

Esse sistema de chamada sem fio já é bastante utilizado em estabelecimentos comerciais de outros tipos, como bares e restaurantes e chega aos hotéis, pousadas e outros empreendimentos de hospedagem como forma de facilitar a vida de clientes e funcionários, promovendo uma experiência única para quem o conhece.

Mais uma vez o serviço é que pode fazer a diferença na vida das empresas.

(\*) - Graduado em ciências da computação e diretor da AGM Automação, empresa que produz toda a linha de equipamentos de chamada sem fio (jrubens@psiusmfio.com.br).

# Regulamentação do Uber mobilizou categorias e provocou debates no Senado

Entre os temas polêmicos de 2017 votados no Plenário do Senado, está a regulamentação dos serviços de transporte que usam aplicativos, como Uber e Cabify

A deliberação sobre o assunto foi uma cobrança dos taxistas afetados pela concorrência. A votação mobilizou milhares de representantes das duas categorias em todo o país. No dia 31 de outubro, foi aprovado com alterações — com 46 votos favoráveis, 10 contrários e uma abstenção — o projeto da Câmara. O texto voltou para a análise dos deputados.

O texto aprovado foi o relatório de Plenário, apresentado pelo senador Eduardo Lopes (PRB-RJ). Ele manteve o serviço como privado e retirou a exigência de placa vermelha ou permissão municipal. Entretanto, a redação obriga as empresas a mandarem seu banco de dados para a Prefeitura, mas apenas para a fiscalização. Também devem ser cumpridas algumas exigências, como o pagamento de tributos, seguro dos carros, certidão de antecedentes criminais dos motoristas e contribuição para a previdência social.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, considerou que os ajustes feitos no texto deixaram a proposta equilibrada. No entanto, nos debates em Plenário, senadores de oposi-



Projeto foi aprovado pelo Plenário no dia 31 de outubro, relatado pelo senador Eduardo Lopes (à esq. na tribuna).

ção como os petistas Lindbergh Farias (RJ), Gleisi Hoffmann (PR) e Humberto Costa (PE) defenderam a regulamentação do serviço de aplicativos para proteção dos direitos dos trabalhadores e dos usuários. Eles ainda criticaram o Uber por cobrar 25% dos motoristas. “Não pode a empresa entrar aqui e achar que pode levar

25% do trabalhador, até porque o motorista é responsável pela manutenção do carro, pelo seguro, pela gasolina”, ressaltou Gleisi.

Já o senador Pedro Chaves (PSC-MS) avalia que o resultado da votação em Plenário evita a “estatização” do Uber. Ele foi o autor de um texto substitutivo ao projeto da Câmara, reunindo

partes de outras duas propostas que tratavam do mesmo tema, quando a matéria foi analisada na Comissão de Ciência e Tecnologia. O novo texto garantia a livre concorrência e a liberdade de preços e dispensava autorização do poder público, mas não houve consenso dos senadores sobre a proposta (Ag.Senado).

## Identidade poderá ser unificada nacionalmente

O número da carteira de identidade poderá ser unificado em todo o território nacional. O projeto que trata do assunto está aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça. Autora da proposta é deputada Tia Eron (PRB-BA) diz que objetivo é impedir que o cidadão possa tirar diversos documentos de identidade, em estados diferentes, com vários números.

Ela argumenta que a possibilidade de uma pessoa ter diversas identidades facilita o uso do documento de forma fraudulenta, para prejudicar direitos de terceiros ou até mesmo para encobrir a prática de crime. Com a tecnologia disponível atualmente e com o uso de banco de dados que permita a integração entre os diversos órgãos de identificação responsáveis pela emissão dos documentos de identidade, será possível manter o mesmo número em qualquer estado.

Desse modo, se uma pessoa se mudar para outro estado e necessitar tirar novo documento de identidade, o número original será mantido, de forma a evitar a pluralidade de carteiras de identidade para a mesma pessoa. Tia Eron acrescenta que essa medida também facilitará a vida do cidadão, que terá apenas um número para memorizar e utilizar nos negócios jurídicos por ele praticados. Para a deputada, o projeto vai trazer mais comodidade para o cidadão e mais segurança para as relações jurídicas (Ag.Senado).

## Medida Provisória retira da lei proibição de privatizar a Eletrobras

O Governo Federal editou medida provisória (MP) que retira de uma lei que trata do setor elétrico a proibição de privatizar a Eletrobras e suas subsidiárias. A MP, publicada no último dia (29) no Diário Oficial da União, retira da lei que trata da comercialização de energia, o artigo que excluía a Eletrobras e suas controladas — Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) — do Programa Nacional de Desestatização.

Esta é a terceira MP editada pelo Executivo para possibilitar a venda da Eletrobras. Em junho de 2016 foi editada a MP 735, aprovada pelo Congresso e convertida na Lei 13.360/2016, que facilita a transferência do controle de ativos e as privatizações de distribuidoras da Eletrobras. Em agosto último, o governo anunciou a intenção de privatizar a estatal, responsável por um terço da geração de energia no país. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o valor patrimonial da Eletrobras é de R\$ 46,2 bilhões e o total de ativos da



A MP também trata da contratação de energia para os sistemas que não estão interligados ao Sistema Interligado Nacional.

empresa soma R\$ 170,5 bilhões.

O envio do projeto ao Congresso chegou a ser anunciado para o dia 22 de dezembro, quando começou oficialmente o recesso parlamentar, mas ficou para este ano. A privatização da Eletrobras tem gerado polêmica e o governo enfrenta resistência inclusive entre aliados no Congresso, onde duas frentes já foram criadas contra a venda da empresa e suas subsidiárias. A MP também trata da contratação de energia para os sistemas que não estão interligados ao Sistema Interligado Nacional. Uma das alterações diz respei-

to ao contrato de antecipação de venda de energia em termelétricas da Região Norte, em especial a termelétrica Mauá 3, da distribuidora Amazona Energia, para as distribuidoras, cujo contrato termina em 2043; e de contratos de outros geradores termelétricos que terminam em 2020 e 2024, com a concessão do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus. Outra mudança prevista na MP é uma revisão do prazo máximo de prorrogação dos contratos existentes nos sistemas isolados, estipulado em 36 meses (Ag.Senado).

## Educação aprova oferta de cursinhos por Universidades públicas

A Comissão de Educação aprovou proposta que autoriza as instituições públicas de educação superior a ofertar gratuitamente, em suas sedes, cursos preparatórios para ingresso na educação superior na modalidade presencial ou a distância. É o substitutivo do deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ao projeto de do deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB). A versão original do projeto determinava que as Universidades públicas criassem cursinhos em até dois anos após a publicação da nova lei.

Pela proposta aprovada, o tempo de duração dos cursos foi reduzido de um ano para seis meses. “Sem prejuízo de sua qualidade e com a intenção de ampliar a oferta de turmas”, justificou Feliciano. O relator também incluiu artigo para que os docentes dos cursos que forem alunos do ensino superior do ensino da própria instituição, preferencialmente dos cursos de licenciatura, poderão ter as horas trabalhadas computadas em créditos equivalentes aos de disciplina, incluídas nas horas obrigatoriamente dedicadas à prática de ensino ou, ainda,



Damião Feliciano incluiu artigo onde prevê que alunos dos cursos de licenciatura possam participar do projeto.

receber bolsas ou auxílios pecuniários, a critério da instituição de ensino.

Ele também limitou a doze meses após a conclusão do ensino médio o prazo para a matrícula dos egressos do ensino público nos cursos preparatórios. “Caso contrário teríamos uma demanda infinita e que jamais seria atendida”, advertiu. O objetivo do projeto é reduzir o desequilíbrio entre alunos egressos do ensino público daqueles que cursaram escola particular. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

## Saúde de Temer volta a receber cuidados especiais

A saúde do presidente Michel Temer voltou a gerar preocupação nos médicos após uma nova infecção urinária ter sido detectada no dia 31 de dezembro. De acordo com diversos jornais e emissoras brasileiras, o mandatário recebeu atendimento no Palácio do Jaburu e passou a virada do ano em Brasília - ao invés de viajar para Marambaia, no litoral do Rio de Janeiro, como havia sido anunciado. Apesar de amplamente repercutida, ela não foi confirmada pela assessoria da Presidência. A recomendação médica é de que ele tenha uma rotina mais “tranquila”

durante essa semana para não agravar o quadro clínico. Não está descartada uma viagem para São Paulo, onde iniciou seu tratamento.

Temer ainda está com uma sonda na uretra por conta de uma cirurgia feita no dia 13 de dezembro. Antes disso, ele havia passado por um cateterismo, pela colocação de stents em três artérias coronárias e uma para desobstruir a uretra.

Aos 77 anos, o político é o presidente mais velho da história do país e deve deixar o cargo ao fim deste ano, já que o Brasil terá eleições gerais em outubro (ANSA).

## Visualização de preços em gôndolas de supermercados

A Comissão de Indústria, Comércio da Câmara aprovou proposta que disciplina a oferta e as formas de afixação de preços de produtos para consumidores com acuidade visual limitada. O texto é o substitutivo do deputado Aureo (SD-RJ) ao projeto de autoria do deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB). Aureo incluiu no texto a exigência de disponibilizar as informações de preço e validade dos produtos também em braille, sempre que for tecnicamente possível.

A proposta aprovada determina que nos supermercados, as informações de preços deverão ser disponibilizadas de forma a permitir claro entendimento de seu conteúdo por pessoas com acuidade visual limitada, sem que estas tenham de realizar qualquer manobra física para aumentar seu entendimento da informação.

“A informações de preço somente são lidas quando próximas dos olhos, implicando um constante curvar-se ou abaixar-se para a leitura de informações em prateleiras inferiores. A re-



Aureo: informações que somente são lidas quando próximas dos olhos implicam um constante curvar-se ou abaixar-se.

petição dessa ação por pessoas idosas é, sem dúvida, muito desgastante”, argumentou o relator.

Para ele, o custo para implantação da obrigação do projeto é mínimo e seria compensado pelo aumento de fluxo de clientes de terceira idade ou com deficiência. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

## Policiais federais podem integrar carreira única na PF

Agentes, peritos, escrivãos, papiloscopistas e delegados podem integrar em breve uma mesma carreira da Polícia Federal. Está na pauta de votação da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a proposta que prevê a união das atividades no cargo de servidores policiais federais. O texto estabelece que servidores prestarão concurso público unificado e seriam lotados nas unidades da PF de acordo com suas habilidades e áreas de formação.

O texto prevê também a possibilidade de crescimento dentro da carreira única, por meio de promoção e progressão funcional a serem estabelecidas em lei. A medida passaria a valer imediatamente à publicação da lei, atingindo inclusive os concursos públicos cujos editais forem publicados a partir da sua entrada em vigor, mas preservando os atuais servidores policiais federais que não optarem pelo reenquadramento na nova carreira única.

O relator da matéria, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), observou que, apesar de tratarem

de temas conexos, os objetos não são idênticos: vão desde uma modificação completa do sistema de segurança pública até a reorganização administrativa da carreira da PF. Randolfe acrescenta que a carreira única é a forma em que estão estruturadas as instituições policiais de referência no mundo, como o FBI (Federal Bureau of Investigation) norte-americano e a própria Polícia Rodoviária Federal brasileira.

O relator destaca ainda que, se unificada a carreira, o exercício dos cargos de direção, hoje praticamente restritos à carreira dos delegados, passará a ser provido por meio de funções comissionadas ou de processos seletivos internos.

Randolfe informa que ainda será preciso regulamentar a situação dos atuais ocupantes dos cargos policiais federais, por meio de tabelas de reenquadramento, decisão que caberá privativamente ao Poder Executivo. Se aprovada na CCJ, a matéria segue para votação em dois turnos em Plenário (Ag.Senado).